Leitura, poder e *fake news*: como enfrentar a (des)informação na era da (pós)verdade?

Reading, power and fake news: how to face (mis)information in the era of (post)truth?

Bianca Ayala Melo Di ALENCAR*

Universidade Federal de Catalão (UFCat)

Anísio Batista PEREIRA**

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

RESUMO: Este trabalho objetiva refletir sobre as estratégias de exercício do poder por meio da propagação de *fake news* na rede mundial de computadores, tomando por base a concepção de que a constituição de sujeito se dá pelas práticas discursivas, e de que maneira esse problema poderia ser solucionado ou amenizado. Essas leituras acabam por constituir modos de subjetivação a partir das condições de possibilidade da mídia digital. Essa empreitada será propiciada à luz das considerações de Foucault (1997; 2006; 2008; 2016) sobre poder, verdade e subjetividade, com o auxílio de Possenti (1999; 2001) sobre sujeito e leitura, além das considerações de Curcino (2012; 2014) que aborda a leitura na mídia supracitada. A formação do leitor crítico seria o caminho para o enfrentamento das *fake news* na contemporaneidade, pautada por uma formação em leitura digital sólida, de modo a conscientizar esse sujeito, levando-o à resistência em relação às vontades de verdade impostas.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Poder. Subjetividade. *Fake news*.

ABSTRACT: This work aims to reflect on the strategies for exercising power through the propagation of fake News on the world wide web, based on the concept that the constitution of a subject occurs through discursive practices, and how this problem could be solved or alleviated. These readings end up constituting modes of subjectivation based on the conditions of

* Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Catalão, Goiás, Brasil. Integra nte do Laboratório de Estudos Foucaultianos de Catalão (LEFGO). E-mail: biancaayalamelo@gmail.com.

Aceito em: 10/01/2023

Enviado em: 07/01/2023 246

^{**} Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. Membro do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq). E-mail: anisiopereira2008@hotmail.com.

possibility of digital media. This endeavor will be provided in the light of Foucault's (1997;

2006; 2008; 2016) considerations on power, truth and subjectivity, with the help of Possenti

(1999; 2001) on subject and reading, in addition to the considerations of Curcino (2012; 2014)

which addresses reading in the aforementioned media. The formation of the critical reader

would be the way to confront fake news in contemporaneity, guided by training in solid digital

reading, in order to make this subject aware, leading him to resistance in relation to the imposed

will to truth.

KEYWORDS: Reading. Power. Subjectivity. Fake news.

1 Apontamentos iniciais

A contemporaneidade tem nos brindado com transformações consideráveis de

práticas discursivas, em que os modos de constituição perpassam pelo crivo social e,

dentre os recursos que permeiam os sujeitos, sem dúvida, podemos destacar a leitura.

Com o advento das tecnologias digitais, cujo consumo tem se dado de forma maciça. A

facilidade de adesão às novas plataformas tem provocado impactos consideráveis, tendo

em vista que grande parte da sociedade se insere no universo da internet, em especial

nas redes sociais, com todos seus atrativos. Nesses espaços, os sujeitos interagem com

frequência, e pela amplitude de acesso a conteúdos diversos, essas tecnologias têm

servido também como recurso para práticas de leitura, tendo em vista a evolução das

produções intelectuais que deram um salto do livro impresso às telas do computador. O

mundo na atualidade é digital e há uma necessidade que força a todos a se enquadrarem

nesses padrões para que não fiquem à margem do sistema.

Porém, quando se fala em leitura, referimo-nos não apenas aos livros literários

ou didáticos, jornais e revistas impressos, até mesmo pelo fato de as tecnologias

exigirem rapidez nas comunicações e nas atividades escolares e/ou intelectuais

cotidianas. As leituras que parecem se adequar ao leitor de hoje, em especial ao

internauta, se resumem em memes, notícias curtas, e até mesmo montagens puramente

imagéticas, as quais circulam nas redes sociais por meio de compartilhamentos e, por

vezes, recebem uma gama de curtidas e/ou resistência de quem os lê.

Essas produções, na maioria das vezes, são frutos de temas polêmicos na

atualidade, bem como se observa, nos exemplos recortados, para ilustrar nossas

247

reflexões, que são a distribuição do kit gay, propagada na campanha eleitoral presidencial em 2018, e a polêmica sobre a vacina da Covid-19, a qual coloca em disputa o negacionismo e a ciência. Dessa "guerra digital" resultam as *fake news*, em tempos que se traduzem na denominada *pós-verdade*, estudada em diversas áreas das ciências humanas como um conceito da atualidade.

De acordo com Siebert e Pereira (2020), embora o termo tenha surgido em 1992, pós-verdade ganha maior notoriedade e se torna mais usual a partir de 2016. Sua definição está atrelada ao gesto do sujeito de se atribuir mais destaque ao seu próprio bem-estar frente à gama de informações do que a sua qualidade e seu vínculo com a realidade. O sujeito é então guiado por suas crenças no que tange à seleção de informações, tomando como verdadeiras aquelas que servem como reforço para a sua posição discursiva, independentemente de seu cunho científico. Por meio da fluidez, o trabalho de homogeneizar, linearizar e atribuir sentido às informações circuladas a todo momento, nos mais diversos meios, acaba por reforçar essa dimensão da pós-verdade no contexto da atualidade. Dessa maneira, as informações circuladas, como por exemplo, na mídia, podem ser manipuladas e até mesmo inventadas, indo ao encontro de posições de sujeitos, de modo a satisfazê-las. Nesse cenário, a noção de pós-verdade está intimamente relacionada às fake news.

Esses modos de leitura, considerando o nível intelectual dos internautas que acessam esses conteúdos, converte-se em práticas discursivas que têm se transformado na constituição de sujeitos pelo exercício do poder. Em meio a essas navegações digitais que envolvem a leitura, vale ressaltar que as produções discursivas nessas plataformas muitas vezes são postadas como forma de controle e que os modos de interações, tendo em vista os compartilhamentos e o contexto contingencial das publicações, ganham regimes de verdade. Essa adesão às publicações, nas quais as leituras (rápidas) ocorrem, na maioria das vezes, até de forma despercebidas, entram na esteira das relações de poder, das resistências e dos regimes de verdade, provocando efeitos de subjetivação. Considerando a força das mídias, em especial as digitais, essas trocas de mensagens, nos seus variados formatos, podem causar efeitos de sentido diversos em meio às suas dispersões. Nesse arcabouço interativo, tomando a leitura como centro dessa problemática, a relação entre saber e poder se faz nitidamente presente e convida os

sujeitos a mergulhar nesse universo de (des)informação como estratégia para dominálos em rede.

Pensando nessa dimensão digital, propomos uma investigação, cujo objetivo é problematizar e refletir sobre a relação da leitura com o exercício de poder (controle), bem como o que poderia ser feito para minimizar a propagação das fake news. Então, levantamos as seguintes questões para esse olhar investigativo: (i) Qual a relação entre a leitura no mundo digital e a concepção de constituição de sujeito? (ii) De que forma as fake news funcionam como estratégias de leituras para o exercício do poder na história do presente? (iii) Qual seria o papel da formação de leitores críticos frente a essas produções e circulações de (in)verdades? Para essas abordagens, acionaremos o suporte teórico-metodológico pautado na Análise do Discurso, de Michel Foucault (1997; 2006; 2008; 2016), tomando por base seus estudos sobre poder, verdade e subjetividade, além de acionar o estudioso Sírio Possenti (1999; 2001), que aborda a relação entre sujeito e leitura, com o reforço das problematizações da pesquisadora Dra. Luzmara Curcino (2012; 2014) sobre leitura digital. De início, abordaremos um breve contexto da leitura no Brasil e, posteriormente, a relação entre leitura e sujeito sob o prisma foucaultiano; por último, trataremos da relação entre a leitura, fake news e o exercício do poder, bem como a importância da formação do leitor crítico na era da pós-verdade, delineando as problematizações para os apontamentos finais.

2 Contexto da prática de leitura no Brasil

Embora as *fake news* não atinjam somente determinada faixa etária e níveis de escolaridade, mas a todos, consideramos relevante, nessa problematização sobre leitura, trazer dados concretos sobre os níveis de leituras no nosso país. Esses dados podem servir como fundamento de que os sujeitos mais desavisados sejam mais vulneráveis à propagação de notícias falsas na internet, pois não dispõem de alguns recursos para uma leitura eficaz em relação aos mais fluentes. Uma ideia basilar para contextualização da leitura n/ o Brasil refere-se aos investimentos em atividades de leituras, cujo objetivo seja o de emancipar indivíduos e torná-los aptos a atribuir significados e também a

significar. Recentemente, publicou-se o INAF¹ (Indicador de Alfabetismo Funcional), pelo qual praticamente 1/3 da população enquadra-se nos parâmetros de analfabetismo funcional. Esse indicador conceitua alfabetismo como sendo

a capacidade de compreender e utilizar a informação escrita e refletir sobre ela, um contínuo que abrange desde o simples reconhecimento de elementos da linguagem escrita e dos números até operações cognitivas mais complexas, que envolvem a integração de informações textuais e dessas com os conhecimentos e as visões de mundo aportados pelo leitor (INAF, 2018, p. 4).

Essa definição é muito importante para a análise aqui pretendida, visto que o pensamento crítico que pode ser propiciado pelas notícias, incluindo-se as *fake news*, requer uma dinâmica de "integração de informações textuais" e não apenas a leitura de seus significados. Outro dado estatístico, que contextualiza a prática de leitura, pode ser analisado à luz do relatório de informações sobre o desempenho dos estudantes de 15 anos de idade, realizado pelo PISA² - Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (BRASIL, 2020), o qual fornece um dado preocupante ao afirmar que apenas 0,2% da população avaliada têm nível máximo de leitura; isso implica compreensão de textos extensos, distinção de fatos e de opiniões, e ainda a habilidade em lidar com conceitos abstratos e possibilidade de fazer inferências.

Considerando que esse último tem como público alvo estudantes do Ensino Médio, deduz-se que a baixa porcentagem impacta sobremodo o mercado de trabalho, a vida em sociedade e as escolhas por parte dos cidadãos, sejam elas desde a compreensão do que se lê cotidianamente, seja pela oferta de um produto ou serviço pelo comércio, a compreensão de direitos básicos relativos ao consumo desses bens, e ainda, leitura da atual conjuntura política, social e histórica.

É a partir dessa contextualização da leitura no presente, e interpretação de dados fornecidos pelo PISA e pelo INAF, que pretendemos problematizar discursos produzidos pelas *fack news*, relacionando-os com a constituição dos sujeitos na contemporaneidade, a margem de liberdade que possuem para decidirem ou

¹ Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018 Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares v08Ago2018.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

² Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes e exames da educacao basica/relat orio brasil no pisa 2018.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

desenvolverem um pensamento crítico dos acontecimentos presentes e o quanto a leitura possibilita-lhes resistir frente às forças de controle de condutas.

Ambos os índices trazem dados alarmantes acerca do grau de dificuldade que o/a brasileiro/a tem para ler criticamente. Afirmamos brasileiros em razão de os levantamentos terem sido realizados com público de estudantes do Ensino Médio no Brasil e indivíduos até a faixa etária de 64 anos, ou seja, quem está em plena formação acadêmica e/ou já tenha passado por ela. Destacamos aqui a similaridade dos dados encontrados: tanto o PISA quanto o INAF afirmam, respectivamente, que 99,8% e 88% dos indivíduos avaliados têm algum grau de dificuldade para ler, enquanto os indicadores que apontam para facilidade com a leitura são 0,2% (PISA) e 12% (INAF).

Nosso trabalho cuida das questões de leitura relacionadas à genealogia do poder, teorizada pelo filósofo francês Michel Foucault (1997). No entanto, questões outras que se relacionam com as relações de poder nos são caras, como as lições de Possenti (1999) ao problematizar acerca da existência de leitura errada. Foucault (1995) teoriza que a relação de liberdade se relaciona com a possibilidade de resistir. Infere-se disso que não há liberdade absoluta, mas também seu pressuposto de existência da resistência.

Frente a essas noções primeiras no que se refere à leitura, formulamos a seguinte questão: qual relação possível se pode estabelecer entre essa margem de liberdade que o sujeito leitor possui e as leituras possíveis que ele/a pode empreender das notícias veiculadas pela internet? A nosso ver, essas questões não estão dissociadas, visto que "lemos como podemos, e não como queremos"³.

Delineando a relação do sujeito com a questão sobre leitura correta ou errada, é necessário abandonar, segundo Possenti (1999), a concepção de leitura correta. Segundo o teórico, "uma língua não é um código, e muito menos um texto" (p. 171), sendo necessário "abandonar a exigência do sentido correto" (p. 171), e ainda sendo necessário perguntar "por que o leitor leu o que leu"? (p. 172), sem desconsiderar que "o autor não tem condições de controlar *totalmente* a interpretação do texto que produz" (p. 172, grifo do autor). A partir dessas afirmações feitas pelo escritor, cumpre-nos pensar o funcionamento da língua, suas possíveis leituras e a margem de liberdade que

-

³ Lições da Prof^a. Dra. Luzmara Curcino Ferreira por ocasião de disciplina ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística – UFSCar, em 2020, intitulada "Estudos da Leitura na Análise do Discurso e na História Cultural".

as pessoas têm para conferirem sentido aquilo que leem e o quanto isso está relacionado à sua constituição como sujeito.

É o que pretendemos confirmar ao tratarmos das *fack news* enquanto estratégias de poder, as quais parecem possuir uma função enunciativa que conduz a uma ideia falsa dos fatos e/ou dos acontecimentos. À luz das teorias mobilizadas, compreendemos a leitura como engrenagem na produção de sujeitos e de subjetividades, propiciando controle de condutas.

Escolhemos esses índices para contextualizar a prática de leitura no Brasil, haja vista que consideramos que os dados estatísticos servem como parâmetro para um diagnóstico de quem somos nós enquanto leitores no presente. O percurso delineado, pelo PISA e INAF, verificou, na prática, qual a porcentagem de brasileiros que apresentam algum grau de facilidade e dificuldade para realizar uma leitura que lhes permita fazer escolhas políticas de forma crítica e consciente, com vistas a garantir que o exercício de liberdade não seja limitado pelo exercício daquele/a que deseja controlar.

Trazendo à luz outras contextualizações, também selecionamos para nossa empreitada analítica, as lições da escritora Curcino (2012, p. 1013) ao afirmar que "não há dúvida quanto ao impacto das novas tecnologias sobre como lemos", decorrente da "mudança significativa nas técnicas de produção, circulação e recepção dos textos" (p. 1013). Compreendemos, como um dos efeitos possíveis desse impacto, a proliferação de *fake news*, cujo objetivo é fazer circular notícias falsas. Problematiza a referida pesquisadora que há mudanças nas técnicas de (re)produção e difusão dos textos, especialmente as que circulam eletronicamente. Em uma de suas produções acadêmicas, ela empreende problematizações acerca de quem seriam os *novos leitores*, distinguindo-os daqueles cujos valores culturais são considerados tradicionalmente elitizados.

Depreende-se, desse estudo realizado por Curcino (2012), uma ruptura que as novas tecnologias digitais realizaram, as quais foram ofertadas logo após o tardio processo de alfabetização no Brasil. Os velhos novos leitores "oriundos da migração em massa do campo para a cidade nos anos 70, adaptaram-se a esse universo e o adaptam a seu modo, a seus conhecimentos, a suas concepções e principalmente a suas práticas" (p. 1015). Pensando sob essa perspectiva, e considerando as menções anteriores sobre leituras possíveis e seus funcionamentos, podemos inferir que o modo como os leitores

se subjetivam, a partir de um dado contexto histórico e cultural e o contato que têm com o suporte de leitura, no caso os digitais, enunciarão a margem de liberdade para realização de uma leitura crítica do presente, que nunca é ilimitada e totalmente independente, mas circunscrita a uma estratégia histórico-temporal, sempre movente.

Passaremos adiante a tratar da concepção de constituição do sujeito foucaultiana e sua relação com a leitura, uma vez que nos interessa analisar o funcionamento dos discursos que circulam na atualidade, sobretudo as notícias produzidas digitalmente, e como essa circulação produz subjetividades.

3 A leitura e a concepção de sujeito em Michel Foucault

Na história do presente, é possível observar as várias formas de práticas de leituras que permeiam o cotidiano dos indivíduos. A maioria delas, considerando a facilidade de acesso advinda pelo avanço dos recursos tecnológicos, se dá por vias digitais, em que a interação funciona como possibilidade atrativa para que o leitor exerça essa relevante atividade de constituição de sujeito no âmbito social. Mas, como a leitura contribui para essa constituição e, mais especificamente, como se dá essa realização por meio de interações virtuais? Considerando a temática central das nossas problematizações que diz respeito às *fake news* proliferadas em redes sociais, é válido destacar esse processo de constituição que se aflora a partir desses acessos de leituras.

Isto posto, reiteramos que a constituição de sujeito, na perspectiva foucaultiana, dá-se pelas relações de saber e de poder, configurando-o como histórico e sempre em processo de constituição. No que tange aos saberes, trata-se de discursos produzidos e dispersados em determinados lugares e em épocas distintas, cujos sentidos não são estáticos, mas moventes à medida em que sofrem ações de reconstruções ao longo de sua circulação. Em seu empreendimento arqueológico, Foucault (2008) assinala o discurso como sendo um conjunto de enunciados que se inscrevem em uma mesma formação discursiva, esta determinada por regularidades, mesmo sistema de dispersão e que determina as práticas do sujeito, sua condição no âmbito social e histórico.

Essa problemática em relação ao discurso e ao sujeito constitui-se um terreno fértil no que tange às práticas de leitura na atualidade, cujos discursos (textos) aparecem na rede e são compartilhados por internautas que os leem a partir de interações,

provocando relações que resultam em constituição subjetiva. Nessa dimensão, é válido destacar a função enunciativa da arqueologia, com destaque para uma posição de sujeito que se materializa no enunciado (este, indo para além de uma simples materialidade linguística propriamente dita) e que se posiciona em relação a um objeto. "O discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo" (FOUCAULT, 2008, p. 61).

A descontinuidade do sujeito, que se fundamenta na história, possibilita compreender que essa constituição coloca em xeque a concepção de um sujeito fundante, como origem do sentido, mas como efeito, resultante de uma exterioridade que o constitui (não que sujeito e exterioridade são duas esferas completamente distintas, separadas, mas que funcionam de forma concomitante, sendo que essa exterioridade é a própria gama de discursos que emergem historicamente, legitimados, e que constituem sujeitos). A descontinuidade do sujeito ampara a noção de que essa constituição está sempre em movimento, de acordo com as relações emergentes a cada período.

No que tange às produções discursivas, como é o caso da leitura no meio digital, os discursos ali postados de forma acelerada, bem como as interações entre os leitores/internautas, possibilitam relações de constituição, assim como a própria interação do leitor com o texto. Trata-se de modos contemporâneos e de tecnologias que possibilitam relações entre sujeitos, práticas que levam a emergência de certas posições nessa atualidade histórica. Mas, o que se entende por prática discursiva? É entendida como "[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa" (FOUCAULT, 2008, p. 133).

A possibilidade da função enunciativa nos convida a considerar também, como elemento relevante no processo de leitura, a tomarmos o enunciado não como simples texto, mas como discurso. Essa dimensão aponta também para um suporte institucional, que atribui ao discurso um efeito de verdade e esse aspecto provoca um impacto no

sujeito leitor. "Ou seja, a leitura não é a leitura de um texto como texto, mas como discurso, isto é, na medida em que é remetido às suas condições principalmente institucionais, de produção" (POSSENTI, 2001, p. 24).

Os discursos circulados na *internet*, especialmente nas redes sociais, geralmente se vinculam a uma instituição, como modo de propagação convincente e que pode impactar o leitor como possuidores de uma verdade. A produção de discursos, como se dá em determinado momento na história, pode ou não apresentar essa dimensão de verdade, o que implica também relações de poder. Onde há sujeitos há também o poder, sendo esse elemento que consideramos relevante no processo de leitura virtual. O que é considerado verdadeiro em uma época pode não ter essa validade em outra, sobretudo se tomarmos a dimensão do que está em jogo no momento das postagens e compartilhamentos dos discursos nas redes sociais.

Ao abordar o funcionamento do poder, com base na microfísica (de sujeito para sujeito), Foucault (1997) toca nesse outro lado da moeda no que concerne à produção de discursos. Coerções e regulamentos são elementos que acompanham essa esfera de produção de discursos, em que todo e qualquer discurso entram nessa dimensão do verdadeiro e do falso. Então, o ambiente virtual é permeado por jogos de verdade que podem afetar os sujeitos leitores, como é o caso das *fake news*, o porquê elas podem apresentar efeitos de verdade e como essa legitimação influencia na constituição de sujeitos.

Como se sabe, há formações discursivas distintas que coexistem historicamente, cujo poder reina sobre essas diferentes posições de sujeitos. Na maioria das vezes, uma vontade de verdade é imposta sobre outra, como forma de controle, e o que se observa na contemporaneidade é uma gama de discursos produzidos e circulados na rede, em que destacamos o computador / redes sociais como dispositivos que facilitam a dispersão discursiva, de sentidos e de sujeitos. Nessas práticas, o poder impera, não de forma negativa, mas como condição própria de constituição de sujeitos e de discursos.

Desta feita, reiteramos que nem sempre os internautas aderem aos discursos que leem, podendo suscitar neles a resistência, efeito das relações de poder entre sujeitos livres. Esse detalhe implica em afirmar que onde há exercício do poder emerge a resistência, o que se observa de forma constante nas leituras em rede, pois os sujeitos se

inscrevem em distintas formações discursivas. Assim, "as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência" (FOUCAULT, 2006, p. 32).

A integração de um sujeito a uma determinada formação discursiva e não em outra, tomando como exemplo a política, cuja polarização se torna acirrada a partir de 2016, entre as denominadas "direita" e "esquerda", essa característica aponta também para as formas de leituras dos internautas. Essa classificação (que pode não ser tão evidente) dita os modos de interpretação de uma palavra ou de um enunciado, limitando as leituras de acordo com as convenções discursivas de cada leitor. Por outro lado, esses discursos postados podem ser aderidos com facilidade pelos sujeitos, em que esses regimes de verdade acabam por funcionar como formas de controle, subjetivando-os de determinadas formas e não de outras.

Essa relação entre subjetividade e verdade é abordada por Foucault (2016), não apenas no seu curso *Subjetividade e verdade*, mas de forma diluída em vários outros cursos e livros. As práticas discursivas, destacando o saber e o poder, apelam para a relação dos sujeitos com a verdade (com o que recebe o *status* de verdadeiro), refletindo nos modos de se relacionar consigo e com os outros. Os meios digitais funcionam hoje como dispositivos para leituras e colocam os sujeitos frente a essas situações de relações com o verdadeiro (ou com o falso), dadas as condições de emergência para o aparecimento de determinado discurso e não outro em seu lugar (FOUCAULT, 2008). As leituras então podem colaborar para os modos de subjetivação nesse âmbito de adesão por aquilo que é postado, compartilhado e curtido a todo momento.

Tomando por base o sujeito da Análise do Discurso (AD), que funciona na dimensão social e não individual, essa condição determina também as formas de leitura, em especial na esfera digital, que sofre coerções, modos de controle e de se interferir na conduta do outro. Nessa concepção, o que está em jogo não é apenas a constituição de um sujeito, mas de um sujeito-leitor e a AD "[...] não acredita que haja sujeitos individuais que leiam 'como querem', mas sim que há grupos de sujeitos (situados em

determinada posição) que leem como leem porque têm a história que têm" (POSSENTI, 2001, p. 28).

Uma vez vinculando-se à dimensão cultural, os discursos produzidos e circulados em redes sociais parecem ter sofrido uma severa transformação quanto aos materiais de leituras. Materiais impressos, como livros, jornais e revistas, estão perdendo cada vez mais espaços, pois não seduzem mais o público leitor da atualidade, tendo em vista as possibilidades de leituras outras (curtir, compartilhar e comentar como processos de legitimação dos textos) que o ambiente digital possibilita. Até mesmo as instituições ali representadas parecem sofrer esse efeito digital, tendo em vista que nas leituras rápidas os leitores escapam do aprisionamento, mas, que por outro, é um modo fácil de se deixar levar por essas leituras em tela.

Esses espaços de interação parecem ditar uma nova regra e mecanismos para se considerar o que é verdadeiro ou falso, construindo sua ordem própria, a partir daquilo que é permitido dizer em determinado momento na história, e que deve ser tomado como verdade. Então, "[...] as formas de controle que se exercem sobre essa emergência e que correspondem a uma 'ordem discursiva' que regula o que pode e deve ser dito e sob que formas o dizer pode ser manifesto" (CURSINO; VARELLA, 2014, p. 342). As formas de controle são estratégias que ditam regras do que poderá ou não ser dito. A ordem discursiva sempre está ligada ao lugar, às pessoas, ao assunto e ao tempo. É o que teorizou Michel Foucault (2014, p. 9) acerca da grade de interdições. Há regras para dizer. Nesse sentido, as estratégias se voltam ao fazer dizer para que se possa, a partir da materialização do dito, exercer controle, exercer poder sobre essa materialidade.

Todo enunciado apresenta seu caráter heterogêneo, assim como cada sujeito é constituído por distintas formações discursivas. As postagens no meio virtual que se destinam a leituras e, consequentemente, a ações dos sujeitos, tendo em vista os meios de controle pelos quais funcionam, sempre despertam para enunciados outros e que, de certa forma, atingem os sujeitos-leitores e os constituem. Na produção e dispersão (considerando também o deslocamento de sentidos), resgatam-se posturas, valores e hábitos que procuram direcionar as condutas dos internautas, colocando em evidência o exercício do poder e provocando efeitos de verdade nesse trabalho com as leituras.

Quando Foucault (2008) considera que o sujeito nunca se faz acabado, quer dizer que a história determina uma relação descontínua deste com as estratégias podersaber (FOUCAULT, 2006), cujas técnicas de funcionamento do poder se transformam e que novos modos de subjetivação vão emergindo no decorrer do tempo. A leitura virtual possibilita técnicas próprias de se exercer as microlutas diárias, poder que se exerce por meio do controle e que os internautas podem ser conduzidos a aderir discursos variados, incluindo as *fake news*.

O acesso a uma gama de discursos, de inúmeras temáticas, é facilitado pelas plataformas digitais, em que as relações do sujeito com a verdade e com o poder vão ganhando forma e sendo conduzidas por uma valorização excessiva desses ambientes como propagadores de possíveis verdades. Essas práticas de leituras muitas vezes não são acompanhadas por seleções, até mesmo por uma ilusória liberdade de escolha do sujeito e pela facilidade de manipulação estimulada pela rede (CURSINO, 2012).

Por meio dessas novas formas de leituras que se dão nos ambientes digitais, tendo em vista os determinantes do sujeito, saber e poder, o sujeito se constitui por meio dessas práticas virtuais da atualidade. No entanto, faz-se necessário problematizar o exercício de leitura nessas plataformas, tendo em vista a emergência de *fake news* e como podemos considerar a formação do leitor crítico como transformadora dessa realidade, questões que serão abordadas na próxima seção.

4 Leitura, poder, *fake news* e a formação do leitor crítico: um diagnóstico do presente

Para as reflexões a partir de alguns exemplos, pretendidas neste trabalho, selecionamos alguns ditos efetivamente produzidos, circulados digitalmente, por meio dos quais pretendemos demonstrar a relação de seus efeitos na constituição dos sujeitos. Primeiramente, cumpre-nos justificar as razões da escolha desses ditos e não outros em seu lugar, como exercício da teoria sustentada pelo filósofo Michel Foucault (2008) no que se refere ao exercício das problematizações que faz e ensina fazer na obra *A arqueologia do saber*, que não há escolhas aleatórias.

A temática central deste trabalho gira em torno do funcionamento enunciativo das *fake news* com os processos autônomos de leituras. Essas notícias falsas foram

assim definidas pelo professor Ab'Sáber⁴ (2018, *online*) "são mentiras ideologicamente interessadas. São jogos de linguagem de interesse". Essa definição guarda estreita relação com a dinâmica do poder teorizada por Michel Foucault (2006), no sentido de que a relação de poder se vale frequentemente de estratégias para conduzir condutas. É nesse sentido que se faz necessária a pergunta feita pelo filósofo francês: "Quem somos nós?" (FOUCAULT, 1995, p. 235), analisada, muito detidamente, por Gross (1995); questão importante para a atualidade como exercício de suas lições sobre a relação de saber-poder com as verdades postas em jogo historicamente, o funcionamento dos discursos na produção de subjetividades e o controle que promovem na condução de condutas.

Recortamos algumas *fake news* que versam sobre o discurso homofóbico, mais precisamente o que está intimamente ligado às eleições de 2018, e também *fake news* vinculadas à produção de mentiras que resultaram a morte de milhares de vidas nesse momento de pandemia por Covid-19. Trata-se de enunciados mais efervescentes no presente e que são alvos de polêmicas, e pertencem a teia dos jogos de verdade na rede de discursos com viés controlador, razão pela qual merecem ser apontados como centrais nestas discussões.

Antes de tudo, importa informar que o Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação articulou o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT⁵ e de Promoção da Cidadania Homossexual, intitulado "Brasil Sem Homofobia". Ocorre que esse material possuía como princípio a perspectiva da não-discriminação por sexualidade, e funcionavam como estratégias do Governo Federal, na produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate às práticas de violência em relação à orientação sexual e a reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem a circulação de materiais voltados para

⁴ Entrevista intitulada "Verdade, Psicanálise e Política", com o Prof. Tales Ab'Sáber. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uVIT3pg6daw&t=709s. Acesso em: 22 jun. 2021.

⁵ Sigla conhecida, atualmente, como LGBTQLIAP+. Essa sigla tem apresentado alguma volatilidade, tratada com bastante zelo pelo Prof. Renan Quinalha, citado na matéria veiculada pela página da CNN, na internet. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/orgulho-lgbti-novo-livro-conta-a-historia-do-movimento-e-fala-sobre-desafios/>. Acesso em: 21 jan. 2022.

conscientização, esclarecimento sobre direitos e informação sobre existência de canais e órgão públicos preparados para receberem denúncias.

Esse material, foi mencionado pelo pesquisador Piovezani⁶ (2021, *online*) ao definir como se dão as estratégias para formação e propagação de notícias falsas "através do lastro de verdade, produz-se muita mentira"; assevera ele "à condição mais ou menos verossimilhante de que se vale a mentira para se passar por verdade". O pesquisador exemplifica, citando a distorção de sentido sofrida pelo material "Brasil Sem Homofobia" quando mencionado no último pleito eleitoral, para presidência da República, como equivalente à distribuição de kit gay em escolas.

Durante o pleito eleitoral, essa apropriação indevida de sentido ganhou status de verdade, visto que a veiculação se deu a partir de pronunciamentos oficiais de agentes públicos como Abraham⁷, ao afirmar que o Ministério da Educação (MEC) "busca justamente valorizar o papel da família com as crianças pequenas nesses primeiros momentos. Sai o kit gay e entra a leitura em família"8. A materialização desse dito produz efeito de verdade pela função estatal por parte de quem a produz, cuja estratégia é desqualificar a produção do material, ao afirmar que sua circulação atenta contra os valores de família. Nesse viés, o discurso homofóbico exerce a função enunciativa de propagar notícia falsa acerca de políticas públicas de combate justamente à homofobia. A estratégia de produção equivocada de sentido valeu do recurso de informar que o governo estaria substituindo um material de leitura por outro, construindo o sentido de que, de fato, houve material com conteúdo orientador da sexualidade, direcionado às crianças nas escolas; também compreendemos como estratégico, a (des)construção de sentido que se pretendeu conferir à leitura, atribuindo-lhe valor correto ou errado, em detrimento de possibilitar leituras que propiciem a formação de leitores críticos. Em decisão que lhe fora submetida à apreciação, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁹ determinou a remoção das redes sociais de conteúdo que contivesse associação do livro

⁶ Comentários do Prof. Dr. Carlos Piovezani (UFSCar) na mesa "Discurso e (pós)verdade: linguagem, história e democracia". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E_Ma8L8qEzg>. Acesso em: 21 jun. 2021.

⁷Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/ministro-abraham-weintraub. Acesso em: 23 jun. 2021.

⁸Disponível em: < https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/kit-gay-nunca-foi-distribuido-em-escola-veja-verdades-e-mentiras/. Acesso em: 10 jun. 2021.

⁹ Disponível em: <<u>https://www.conjur.com.br/dl/tse-determina-remocao-video-kit-gay.pdf</u>>. Acesso em: 23 jun. 2021.

Aparelho Sexual e Cia (denominado kit gay) aos mencionados programas governamentais do governo petista. A referida decisão foi um recurso jurídico necessário ao combate à veiculação de notícias falsas.

Muito embora a *fake news*, mencionada no parágrafo anterior, tenha sido objeto de judicialização, a controvérsia decidida pelo Poder Judiciário não foi capaz de impedir a condução dos votos por ocasião da escolha de candidato à presidência da república. A propagação de notícias falsas, em campanha eleitoral, funcionou como estratégia de controle da decisão de cidadãos brasileiros por ocasião do pleito eleitoral, e o seu reforço em pronunciamento oficial, após as eleições, funcionou como estratégia de legitimação das ações falaciosas engendradas na campanha eleitoral.

Ao se fazer circular informações sobre materiais didáticos destinados a crianças, objetivou-se controlar escolhas, no caso em análise, escolhas eleitorais, levando indivíduos a interpretarem que materiais/leituras que combatam a homofobia são de cunho incentivador a práticas sexuais e não devem integrar programas e investimentos públicos. O efeito de sentido foi distorcer o propósito do material didático para mobilizar o eleitor a votar contra qualquer candidato que seja a favor de erotização de crianças.

A Análise do Discurso se ocupa em analisar os discursos que povoam os ditos, com os quais guardam relação, a singularidade de sua irrupção, bem como as condições que possibilitaram seu aparecimento; é desvelar o não oculto e o não visível (FOUCAULT, 2008). Quando o governo federal, através de seus porta-vozes, anuncia a substituição de um material por outro, esse novo remonta a enunciados de que produtos sem funcionalidade ou prejudiciais devem ser descartados e substituídos por outros funcionais. O gesto de descarte do material relativo ao "Programa Brasil sem Homofobia" exerce a função enunciativa de valorar qual estratégia governamental é mais adequada no combate à violência, em substituição a políticas de investimento em leitura, tão fomentadas em programas governamentais comprometidos com a formação de leitores críticos/sujeitos livres. A função é construir sentido de que o mais apropriado é política que visem alterações no estatuto do desarmamento¹⁰.

Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/15/mudanca-no-estatuto-do-desarmamento-e-promessa-de-campanha-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2021.

A não aleatoriedade desse gesto sustenta outros discursos com os quais se relaciona, tais como a urgência do mercado em lucrar com a venda de armas, visto que o combate à violência através da leitura se mostra dispendiosa e processual. Para além da desconstrução de que a estratégia de investimento em leitura é inapropriada, essa prática discursiva exerce a função de que a leitura é ineficaz, pelo menos para o mercado que visa lucro (imediato) e não a humanização do trabalho, formação de sujeitos críticos, livres e autônomos. O jogo estratégico de poder-saber, pautado por notícias falsas, exerce a função de manipulação da verdade com vistas à condução de condutas em atendimento ao interesse de quem as produz; aqui compreendidas como produção negativa do poder, pois manipula à vontade, produz exclusão social, segregação e política de morte, no caso da veiculação de notícias falsas sobre vacina e protocolos de biossegurança contra Covid-19.

Outro material recortado são as *fake news* relacionadas à imunização contra a Covid-19. As notícias que circularam em torno da eficácia da vacina contra o novo coronavírus não inauguram um discurso fundante, mas recuperam outros ditos, outras práticas, como as notícias que sabotaram campanhas de vacinação na época do Império. Em reportagem veiculada pelo Senado Federal, podemos constatar que "o medo das vacinas não é novo no Brasil" A nós, analistas, cabe problematizar: quais condições históricas do presente possibilitaram o retorno desse medo? É analisando a materialidade dos ditos nas *fake news* com esse viés intimidatório que nos possibilitará problematizar que condições foram essas, para que seja possível empreender um diagnóstico do presente em relação à produção de subjetividades relacionadas à notícia falsa engendrada pela mecânica do poder.

Em buscas realizadas no Google, com as palavras efeito/fake news/vacina, chegamos ao site do Instituto Butantan com a coluna de "Tira Dúvidas" na qual publicaram-se notas de esclarecimento acerca das seguintes notícias falsas: a) "#FAKE Eficácia da CoronaVac será questionada na justiça e médicos indicam aplicação de outras vacinas"; b) "#FAKE Resultado negativo de anticorpos indica que CoronaVac

_

¹¹Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/fake-news-sabotaram-campanhas-de-vacinacao-na-epoca-do-imperio?utm_medium=share-button&utm_source=whatsapp>. Acesso em: 15 mai. 2021

¹² Disponível em: < https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-fato-fake>. Acesso em: 24 jun. 2021.

não funciona"; c) "#FAKE Vacinação em larga escala cria variantes do novo coronavírus e agrava pandemia"; d) "#FAKE Médico virologista do Albert Einstein questiona CoronaVac em áudio"; e) "#FAKE Vacina contra o novo coronavírus causa câncer de mama"; e ainda, f) "#FAKE Pessoas ficam com imunidade mais baixa ao tomar vacina contra o novo coronavírus".

Não nos deteremos aqui em descrever o trabalho realizado pelo Instituto Butantan, mas na função que esses enunciados exerceram na constituição de sujeitos. Agruparemos as *fake news* a, b, d, compreendendo que nelas há uma regularidade discursiva. Ao se referir à justiça, a testes laboratoriais e à autoridade de um médico pertencente a um hospital que é publicamente reconhecido como unidade de saúde confiável constata-se que o manejo desses recursos não é aleatório e atende a uma estratégia discursiva que objetiva conduzir condutas de desencorajamento da população à imunização, visto que foram mobilizados elementos constitutivos com "lastros de verdade", expressão cunhada por Piovezani (2021, *online*), e/ou elementos que remetem a uma memória de confiabilidade, autoridade e segurança. É que passaremos a descrever.

Recorte da *fake news*, descrito na letra "a": a estratégia de utilização do termo "justiça", como instrumento de verificação de eficácia de uma vacina, vale-se, como já dissemos acima, de recursos de memória acerca da concepção de que a população já conhece, visto que, historicamente, a Justiça tem por finalidade dirimir conflitos, promover a pacificação das controvérsias, ideias que remontam à imparcialidade, isenção e representação de produção de verdades. Ao se afirmar que a eficácia da vacina está sendo alvo de disputa junto ao Poder Judiciário, produz efeito de sentido verossímil à notícia.

Recorte da *fake News* descrito na letra "b": a verossimilhança aqui foi indexada na expressão "resultado negativo de anticorpos", haja vista o jogo de verdade que é mobilizado na afirmação de que foram feitos testes e que o resultado deles confirma a não funcionalidade da vacina. A utilização do termo anticorpos também faz corpo ao conjunto de estratégias dessa notícia falsa, pois utiliza-se um termo científico e próprio de averiguação de eficácia. Então a expressão é recepcionada como sendo verdade. A título de ilustração, se por exemplo, no lugar desse enunciado fosse dito: "Resultado

negativo de elementos que compõem a vacina foram realizados em laboratório clandestino e indica que ela não funciona", a notícia não teria causado o mesmo efeito.

Recorte da fake News descrito na letra "d": a circulação da notícia de que um áudio, produzido por um médico do Hospital Albert Einstein, consta o questionamento dele acerca da eficácia da vacina, tem como propósito confundir a população que está temerosa ou receosa em se submeter à imunização. O isolamento/distanciamento social propiciaram a propagação de mensagens com a utilização de recursos tecnológicos como áudios. A combinação dos elementos "médico" e "Albert Einstein" é estratégia que produziu um ambiente de confiabilidade. Somado a isso, o áudio agilizou o processo de propagação em larga escala; essas estratégias, além de estimular o medo e pânico, funcionaram como produtores de subjetividades, visto que muitas pessoas decidiram por não se vacinar. A utilização do termo "questionar" também responde a um conjunto de jogos estratégicos, pois não requer comprovação por meio de análises; a própria autoridade do médico funciona como fator de credibilidade, sobretudo porque a crise é sanitária e o médico é autoridade para tratar sobre o assunto. E para refutar qualquer argumento contrário, que pudesse ensejar a pergunta: "qual sua especialidade?" ou "quem é esse médico?", a fake news agrega a informação de que ele pertence a um hospital de referência, que é o Hospital Albert Einstein.

Recorte da *fake News* descrito na letra "c" procura coibir, desestimular a imunização sob o argumento de que ela produzirá outras variantes. Aqui a estratégias contou com a informação, já sabida, dos efeitos letais decorrentes da contaminação pelo novo coronavírus. Isso foi amplamente circulado. Ao dizer que a vacinação produziria novas variantes, o efeito de discurso com esse dado falso, foi produzir pânico, pois as mortes cresciam em escala exponencial. Se as mortes por um fator patogênico já era por demais preocupante, o que poderia acontecer se sobreviessem variantes? O efeito que se pretendeu foi circular a ideia de que a vacinação em larga escala produziria mais letalidade e quam sabe algo pior que a própria pandemia, que seria a dizimação da população. O pavor e medo produziram negacionismo.

Essa notícia tem um recurso estratégico muito perverso, pois lança à população a decisão e a culpa pela decisão do agravamento da situação. O sujeito (a população) é

quem decidirá o que é mais conveniente. Afinal, quem arriscaria a se submeter ao risco de agravar a situação de morte em massa?

Há também um jogo estratégico nos ditos descritos nas letras "c", e "f". Essas fake news guardam regularidade entre si, como passaremos a descrever. Recorte da fake news, descrito nas letras "e" e "f" articula o pavor em adquirir câncer de mama, cuja doença é reconhecidamente devastadora¹³, produzindo sentidos de que a sobrevida é similar à Covid-19. Milhões de casos novos surgem a cada ano, por isso há muitas campanhas de prevenção ou incentivo a tratamento precoce da doença, a fim de que sejam minimizados os efeitos de seu agravamento. Se todo esse movimento é feito em relação aos cuidados na prevenção e tratamento, por que a população se submeteria ao risco de ter câncer se o risco é diminuído ao não tomar vacina?

O enunciado da *fake news* da letra "f" atinge o público que tem propensão a contrair doenças graves ou que já esteja em tratamento dessas doenças, razão pela qual o risco de vacinar, promovido por essa notícia falsa, é mais devastador do que os possíveis efeitos colaterais esperados em pessoas com comorbidades.

Delineadas essas breves análises, compactuamos com o prof. Ab'Sáber (2018, online) ao sustentar que "a produção de falsificação tem uma estrutura de linguagem, mas precisa de contexto, precisa ter mais ou menos uma leitura do processo histórico", assim como salienta Foucault (2006) sobre as estratégias do exercício do poder que se vinculam à história. Nesse sentido, sustentamos que a formação de leitores críticos tem uma função emancipadora de sujeitos munidos de condições de fazerem distinção de notícias a partir da análise desses recursos estratégicos de que se valem as *fake news*, possibilitando-lhes o exercício de liberdade de ofertar resistência.

Indubitavelmente, não há leitura errada, mas possíveis equívocos que estão relacionados a processos culturais, históricos e psicológicos na formação dos leitores (POSSENTI, 1999). Nesse sentido, procuramos expor nas considerações iniciais que cada leitor lê como pode, a partir desses elementos (histórico, cultural e ideológico). Ocorre que em determinadas situações, como as elencadas aqui, os recursos estratégicos do medo, pânico e risco, mobilizados na produção das *fake news* recortadas, foram

_

¹³ Disponível em: < https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-de-mama/conceito-e-magnitude>. Acesso em: 24 jun. 2021.

preponderantes para condução de condutas tanto por parte dos leitores de notícias falsas, por ocasião das eleições, quanto pelos leitores de notícias falsas na situação de emergência sanitária pela qual atravessa o Brasil, gerando o "pior colapso sanitário e hospitalar da história¹⁴".

Compreendemos que há uma regularidade na estratégia da circulação dessas notícias falsas. A produção dessas notícias conta com a realidade de leitura de nosso país, no sentido da dificuldade de grande parte da população estar emancipada, do ponto de vista da liberdade de pensarem criticamente a veiculação de uma notícia. A produção de sujeitos a partir da propagação de notícias falsas, *fake news*, guarda relação com a dificuldade desses sujeitos em fazer inferências a partir de suas leituras, interpretando notícias não como verdades irrefutáveis, mas passíveis de problematizações.

Sustentamos, desse modo, que há unidade na estratégia de propagação de notícias falsas, qual seja, o ataque à leitura, aos profissionais da Educação, visto que os investimentos em gastos públicos nessa área do conhecimento vêm sofrendo abalos, a exemplo de cortes em bolsas de pesquisa, ataques à ciência¹⁵, e frequentes notícias de privatização do setor. Ao angariarem-se votos nas campanhas eleitorais, a partir da pulverização de notícias falsas de que foram distribuídos materiais com conteúdo erótico a crianças em idades escolares, promoveram-se adeptos ao negacionismo do produto da ciência, no caso, a vacina.

A propagação de notícias falsas, sobre os efeitos da imunização, funcionou como estratégia regular entre esses dois acontecimentos, que é tentativa de desconstruir a ideia de que não se justifica investimento público em leituras que tenham por finalidade esclarecer sobre violências no campo da sexualidade. A luta aqui não é, a nosso ver, contra o material de leitura que seria distribuído nas escolas, mas contra a emancipação de leitores críticos, de sujeitos conscientes e livres, cuja leitura deveria ser efetivamente trabalhada, sobretudo, na educação formal. A indiferença com as milhares de mortes, decorrentes da contaminação por Covid-19, talvez se explique pela indiferença para com a urgente necessidade de investir em Educação e Ciência, na produção de leitores

266

¹⁴ Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2021/03/covid-19-pandemia-fiocruz-colapso-sanitario/. Acesso em: 24 jun. 2021.

¹⁵ Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2021/04/por-que-ciencia-brasileira-corre-risco-de-sofrer-apagao-em-2021.html>. Acesso em: 23 jun. 2021.

emancipados, autônomos, capazes de se insurgirem contra toda tentativa de apagamento, desvalorização e desvirtuamento da ideia de esclarecimento.

CONCLUSÃO

Essa abordagem apresentou por objetivo refletir sobre a propagação de *fake news*, bem como sobre o exercício do poder e a formação do leitor crítico. Trata-se de uma condição vinculada ao presente (era da *pós-verdade*) por meio da dispersão de discursos produzidos e compartilhados na rede digital. Para essa empreitada, tomamos como suporte teórico-metodológico algumas formulações foucaultianas, dentre outras complementares, no que tange aos conceitos de poder, verdade e subjetividade, com destaque para os gestos de leitura nesse processo constitutivo. O ponto culminante das problematizações se assenta na influência da leitura para a constituição de sujeitos e como a formação do leitor crítico poderia funcionar como estratégia de enfrentamento aos conteúdos falsos, como por exemplo, a capacidade de checagem de notícias na rede.

Nenhuma produção discursiva é inocente, pois há sempre o propósito de provocar interferências nas condutas e as propagações no mundo digital têm se tornado um problema nesse sentido. Os meios digitais na contemporaneidade funcionam como facilitadores para a produção e circulação de notícias e de inúmeros outros tipos de discursos, colocando os internautas em meio a um bombardeio de conteúdos que podem influenciar na sua constituição. Ao aderir a esses discursos, tomando-os como verdadeiros, o sujeito acaba se constituindo dessa forma, isto é, fazendo com que os regimes de verdade impregnados nessas produções sejam também as suas verdades, emergindo modos de subjetivação por essas relações discursivas. Nessa problemática, o exercício do poder funciona como prática dominante, pois onde está o discurso está também o poder e a dispersão dos discursos. E, de forma tão rápida, procura conduzir as condutas dos internautas, procurando fazer com que esses discursos tenham efeitos de verdade para alcançar os objetivos esperados.

Em meio a esses mecanismos de interações, cujas práticas de leitura se dão cotidianamente através das plataformas digitais, até mesmo pela facilidade de acesso a todos os tipos de conteúdo, faz-se necessário colocar em cena a importância da formação do leitor crítico. Considerando que o sujeito é histórico e sua constituição está

sempre em processo, é necessário promover uma ruptura dessas leituras de *fake news*, equivocadas, e adotar postura crítica frente a esses tipos de discursos. Ressalta-se que o sujeito lê e atribui sentidos aos conteúdos de acordo com sua própria constituição, e considerar um discurso como verdadeiro é um gesto fácil de se empreender, requerendo cuidado no processo de postagem e propagação de conteúdos.

A formação de leitores críticos seria o caminho ideal para uma ruptura na produção e na propagação de notícias falsas, estas sendo aderidas de forma intensa na atualidade e pelas quais a emergência de uma nova era se faz presente, a denominada (pós)verdade. Uma leitura crítica requer formação escolar sólida, não simplesmente em se tratando da leitura propriamente dita, mas em ambientes digitais, por meio dos quais ocorrem os limiares desse processo de circulação de (des)informações. Uma sociedade conectada requer uma formação leitora sólida e abrangente, incluindo a digital, de forma a conscientizar o sujeito-leitor desavisado e anular sua capacidade de tomar discursos falsos como verdadeiros. Acreditamos que esse seria o papel da formação do leitor crítico como ferramenta para o enfrentamento das *fake news* que se fazem tão presentes nas redes digitais e às quais é preciso resistir.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Brasil no Pisa 2018**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_brasil_no_pisa_2018.pdf. Acesso 23 jun. 2021.

CONCEITO e Magnitude. **Instituto Nacional de Câncer**, 2021. Disponível em: <>. Acesso em: 24 jun. 2021. https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-de-magnitude

CURSINO, Luzmara. Velhos *novos leitores* e suas maneiras de ler em tempos de textos eletrônicos. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 41, n 3, p. 1013-1027, set./dez. 2012.

CURSINO, Luzmara; VARELLAS. G. Discursos sobre a leitura: uma análise de vídeocampanhas em prol dessa prática. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 10, n. 2, p. 337-354, jul./dez. 2014.

FIOCRUZ: Brasil vive pior colapso sanitário e hospitalar da história. **Rede Brasil Atual**, 2021. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2021/03/covid-19-pandemia-fiocruz-colapso-sanitario/. Acesso 24 jun. 2021.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: P. RABINOW; H. DREYFUS. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. Poder e Saber. In: FOUCAULT, M. **Ditos & Escritos IV** – Estratégia, Poder-Saber. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006, p. 223-240.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 7. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e Verdade**. Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

GROS, Frederic. Foucault e a questão do quem somos nós? **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 175-178, outubro 1995. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/85221/88055>. Acesso 23 jun. 2021.

HORBACH, Carlos. Tribunal Superior Eleitoral. Processo Judicial Eletrônico: 0601699-41.2018.6.00.0000. **Consultor Jurídico**, 2018. Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/tse-determina-remocao-video-kit-gay.pdf>. Acesso 23 jun. 2021.

INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL. **INAF Brasil 2018:** resultados preliminares. 2018. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

LOPES, Larissa. Por que a ciência brasileira corre risco de sofrer "apagão" em 2021. **Revista Galileu**, 2021. Disponível em:

https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2021/04/por-que-ciencia-brasileira-corre-risco-de-sofrer-apagao-em-2021.html>. Acesso em: 23 jun. 2021.

MINISTRO Abraham Weintraub. **Ministério da Educação**, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/ministro-abraham-weintraub>. Acesso em: 23 jun. 2021.

MOTA, Erick. Kit gay nunca foi distribuído em escola; veja verdades e mentiras. **Congresso em Foco**, 2020. Disponível em:

https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/kit-gay-nunca-foi-distribuido-emescola-veja-verdades-e-mentiras/. Acesso em: 10 jun. 2021.

MUDANÇA no Estatuto do Desarmamento é promessa de campanha de Bolsonaro. **G1**, 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/15/mudanca-no-estatuto-do-desarmamento-e-promessa-de-campanha-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2021.

POSSENTI, S. Leitura errada existe. In: BARZOTTO, V. H. (org.). **Estado de leitura**. Campinas, SP: ALB/Mercado de Letras, 1999, p. 169-178.

POSSENTI, S. Sobre leitura: o que diz a Análise do Discurso? In: MARINHO, M. (org.). **Ler e Navegar:** espaços e percursos da leitura. Campinas: Mercado de Letras; ALB, 2001, p. 19-30.

PÓS VERDADE: linguagem, história e democracia. Comentários do professor Carlos Piovezani. São Carlos: UFSCar. 1 vídeo (2h 22min 10seg). Publicado pelo canal Parábola Editorial. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=E_Ma8L8qEzg. Acesso em: 21 jun. 2021.

SIEBERT, S; PEREIRA, I. V. A pós-verdade como acontecimento discursivo. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 20, n. 2, p. 239-249, maio/ago. 2020. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/ld/a/vykt83t8h8874gJT7ys46sy/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 jun. 2021.

TIRA dúvida Butantan. Instituto Butantan. Disponível em:

https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-fato-fake>. Acesso em: 04 jun. 2021.

VERDADE, psicanálise e política com Tales Ab'Sáber. Entrevista dada pelo professor Tales Ab'Sáber. São Carlos: UFSCar, 2018. 1 vídeo (30min 12seg). Publicado pelo canal Portfólio de Linguística. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=uVIT3pg6daw&t=709s. Acesso em: 23 jun. 2021

WESTIN, Ricardo. Fake news sabotaram campanhas de vacinação na época do Império. **Senado Notícias**, 2019. Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/fake-news-sabotaram-campanhas-de-vacinacao-na-epoca-do-imperio?utm_medium=share-button&utm_source=whatsapp>. Acesso em: 15 mai. 2021